

**Patrícia Guimarães
Abramof**

ETEP – Faculdade de Tecnologia-SJC
patricia.abramof@csa.edu.br

Oscar Strauss

ETEP – Faculdade de Tecnologia-SJC
oscar.strauss@csa.edu.br

Rosemar Delpino

Faculdade ENIAC
rose.delpino@eniac.com.br

Ana Clara da Mota

Universidade de Taubaté
fernandesmota@uol.com.br

Correspondência/Contato

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Departamento de Engenharia Mecânica

Rua Daniel Danelli, s/n, Jd. Morumbi
Taubaté - SP
CEP 12060-440
Fone (12) 3625-4193

Editores responsáveis

Prof. Dr. Evandro Luis Nohara
evandro@unitau.br

Prof. Dr. Luiz Eduardo Nicolini do P. Nunes
luiz.nunes@unitau.com.br

Profa. Dra. Valesca Alves Correa
valesca.correa@unitau.com.br

PROPOSTA DE ESTRUTURA DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

RESUMO

A estrutura de auto-avaliação institucional proposta neste trabalho foi construída a partir do pressuposto que a avaliação é um empreendimento institucional na promoção do autoconhecimento e na tomada de decisão com vistas ao aperfeiçoamento. O princípio deste tipo de avaliação está em aplicar as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior de forma útil, eficiente e eficaz na implantação, implementação e acompanhamento de cursos superiores, e dessa forma atender às especificidades da gestão da Instituição e dos Projetos Pedagógicos de seus cursos à luz da regulação. Para isso esta estrutura conta com várias metodologias e instrumentos de avaliação nos âmbitos da Instituição, dos seus cursos e do ensino praticado. A expectativa da proposta é atender ao controle da qualidade da educação segundo a regulação, e também às demandas e orientações do mercado de trabalho. Finalmente, este trabalho apresenta uma proposta de estrutura de avaliação que é uma ferramenta adicional de gestão, que proporciona com segurança a identificação de fragilidades, as quais podem ser indicações fundamentais para a definição de ações institucionais, que garantam um ensino de qualidade de acordo com os indicadores da regulação, com as expectativas da comunidade acadêmica e com o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Auto-avaliação institucional, Estrutura de avaliação, Instrumentos de avaliação, Regulação.

ABSTRACT

The structure of institutional self-assessment proposed in this paper was built on the assumption that evaluation is an institutional development in the pursuit of self-promotion in order to facilitate decision making in promoting improvements. The principle of this type of evaluation is to apply the guidelines of a useful, efficient and effective deployment, implementation and monitoring of higher education taking into account the specificities of the management of the institution and its courses and Pedagogical Projects in the light of regulation. For this, the proposed structure has several assessment tools and methodologies in the areas of the institution, its courses and teaching practice attending not only to control the quality of education according to the regulation, but also in relation to the demands and guidelines of the labor market. Finally, this study is in agreement that the SINAES can be a management tool that considers weaknesses identified in the assessments cannot be improved immediately, but may be essential to determine signs of institutional actions that can create competitive advantages with the potential also identified.

Keywords: Institutional self-evaluation, Assessment framework, Assessment tools, Regulation.

1 INTRODUÇÃO

O significado da auto-avaliação institucional é restringido ao ser considerado exclusivamente como um processo de auditoria. Numa visão mais abrangente, a auto-avaliação vai além de procedimentos de verificação das práticas institucionais e abre caminho de definições com viés político-ideológico, que direcionam a avaliação para um processo emancipatório. Assim, a avaliação tida como mera prestação de contas perde espaço para um conceito mais subjetivo, o qual leva em consideração a dinâmica política, os pressupostos técnicos e o caráter de desenvolvimento e melhoria indicados pelos resultados de um processo avaliativo. Neste sentido a avaliação institucional pode ser considerada como um empreendimento na promoção da autoconsciência institucional, a qual constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão com vistas ao aperfeiçoamento, pois apresenta um ponto de fundamental importância, que é a intensa participação de membros da comunidade acadêmica tanto na identificação de critérios e procedimentos como na forma de utilização e encaminhamento dos resultados da avaliação (BELLONI, 1980).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES, foi instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos para fins de regulatórios, a avaliação da Instituição de Ensino Superior para fins de credenciamento e autoconhecimento institucional e a avaliação do desempenho do estudante por meio do Exame Nacional do Desempenho do Estudante, ENADE. Deve ser enfatizado que a natureza da avaliação preconizada pelo SINAES é intrinsecamente formativa voltada para a atribuição de valores e mérito na busca do avanço da qualidade da educação e na emancipação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos. Assim, ao se tratar das diretrizes do SINAES pode ser percebido que os processos que envolvem esse tipo de avaliação constituem um importante recurso de gestão capaz de apontar os melhores caminhos para seu futuro sob a luz do Marco Regulatório.

A auto-avaliação institucional é parte integrante do SINAES, deve ser realizada dentro da Instituição de Ensino Superior, IES, sob a coordenação de uma Comissão Própria de Avaliação, CPA, que deve contar com a participação de representantes do corpo docente, corpo discente e funcionários. O propósito da auto-avaliação institucional deve ser utilizar processos avaliativos que possibilitem a identificação de aspectos, que devem ser indicações fundamentais para a definição de ações institucionais na condução de seus cursos (MURIEL, 2011).

Neste artigo é feito uma proposta de estrutura de auto-avaliação institucional que integra metodologias e instrumentos que contem aspectos relacionados com a regulação e com as especificidades da IES com seus cursos, estudantes, professores e infraestrutura. Essa estrutura de avaliação é apresentada como uma ferramenta adicional de gestão, que proporciona com segurança a identificação de fragilidades e potencialidades, as quais podem ser indicações fundamentais para a definição de ações institucionais, que garantam um ensino de qualidade de acordo com os indicadores da regulação, com as expectativas da comunidade acadêmica e com o mercado de trabalho.

2 ESTRUTURA DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura da auto-avaliação institucional proposta contem processos avaliativos de autoconhecimento e de controle da qualidade dos cursos da IES integrados com os indicadores da regulação. É constituída por dois blocos avaliativos, a avaliação do curso e a avaliação institucional. Cada bloco é composto por distintas metodologias e instrumentos específicos. A Figura 1 mostra a estrutura de auto-avaliação na forma de um mapa conceitual. O princípio desse tipo de avaliação está em aplicar as diretrizes do SINAES, por meio do trabalho da

Comissão Própria de Avaliação de forma útil, eficiente e eficaz na implantação, implementação e acompanhamento de cursos superiores da IES atendendo às especificidades da gestão da Instituição e dos Projetos Pedagógicos de seus cursos à luz da regulação. Assim os indicadores estabelecidos na legislação do SINAES e apresentados nos instrumentos de avaliação da regulação publicados pelo INEP, Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, subsidiam a auto-avaliação institucional tratada neste trabalho.

A estrutura mostrada no mapa conceitual da Figura 1 é constituída por dois blocos referentes respectivamente à avaliação do curso e à avaliação institucional. Cada bloco é composto por distintas metodologias e instrumentos específicos.

A avaliação de curso é composta pela avaliação das condições de oferta de seus componentes curriculares e da avaliação da aprendizagem. Esse bloco da auto-avaliação institucional está relacionado com o Conceito de Curso (CC) obtido nos processos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Esta relação acontece à medida que os resultados apresentados nos relatórios gerados pelas comissões ad hoc do INEP nas visitas in loco são utilizados como orientadores na gestão dos cursos. Da mesma forma, os relatórios gerados pelos resultados do ENADE são utilizados na gestão do Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação institucional é composta pela avaliação de infra-estrutura e serviços oferecidos pela IES além da avaliação nas 10 dimensões de avaliação do SINAES, que são a missão e o plano de desenvolvimento institucional, as políticas para ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social, comunicação, as políticas de pessoal, a organização e a gestão da instituição, a infra-estrutura física, o planejamento e a avaliação, as políticas de atendimento aos discentes e a sustentabilidade (BRASIL, 2004). Assim como na avaliação do curso, este bloco conta com procedimentos e instrumentos específicos que estão relacionados com outros índices e relatórios publicados anualmente pelo INEP, como no caso do IGC Índice Geral de Cursos (BRASIL, 2008) e pelos relatórios relativos ao CPC, Conceito Preliminar de Curso (BRASIL, 2009).

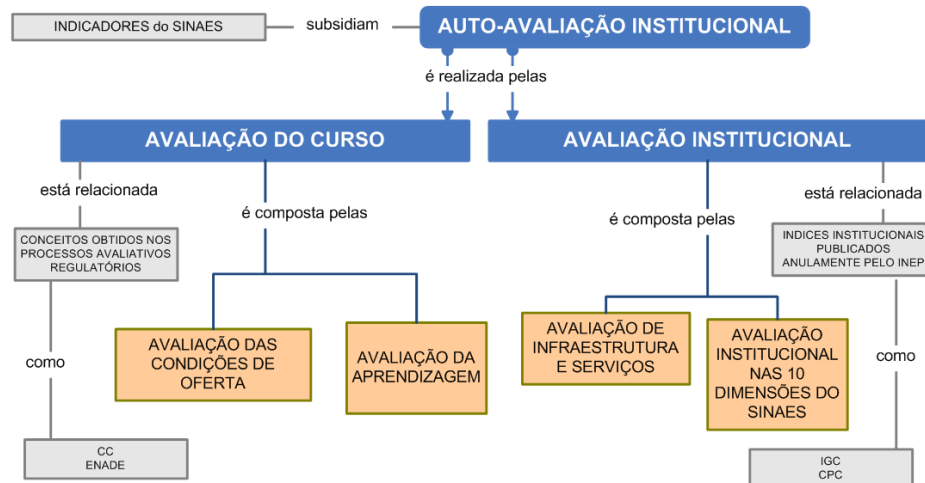


Figura 1: Estrutura da Auto-Avaliação Institucional formada por dois blocos de avaliação: avaliação do curso e avaliação institucional.

A Figura 2 mostra detalhes da estrutura de avaliação do curso que é parte da auto-avaliação institucional. A integração dessa parte da avaliação com os conceitos Conceito de Curso (CC) e ENADE é realizada por meio de treinamentos em processos de regulação com base nos instrumentos de avaliação publicados do INEP realizados por membro da CPA para professores e/ou funcionários com o objetivo de formar gestores na utilização dos

instrumentos de avaliação do SINAES. O treinamento pode ocorrer também por meio de palestras dirigidas a dirigentes, funcionários, professores e alunos em diferentes oportunidades com o objetivo de promover e disseminar na IES o entendimento e análise dos resultados apresentados nos relatórios disponibilizados pelo INEP. A parte operacional da avaliação do curso é realizada em duas vertentes, a avaliação das condições de oferta e avaliação da aprendizagem.

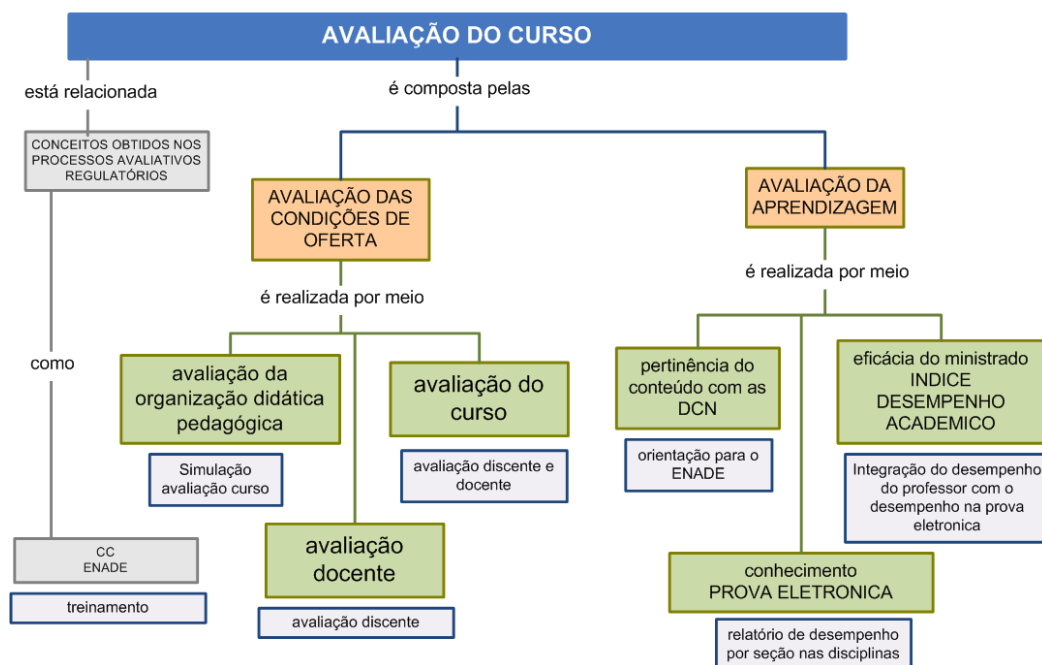


Figura 2: Detalhamento da avaliação do curso indicada na estrutura da auto-avaliação institucional.

A avaliação das condições de oferta é realizada em três momentos: na avaliação da organização didática pedagógica, na avaliação do curso e na avaliação docente.

2.1 Avaliação da Organização Didática Pedagógica

O instrumento denominado como simulação da avaliação do curso é uma planilha que apresenta os indicadores das três dimensões de avaliação contidas nos instrumentos da regulação para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura. O controle e o acompanhamento desses indicadores apresentam os seguintes objetivos:

- Auxiliar no dimensionamento do NDE, Núcleo Docente Estruturante (BRASIL, 2010), e na indicação das atividades de seus membros;
- Auxiliar na indicação de atividades que coloquem em prática as políticas pedagógicas previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Auxiliar na indicação de ações preparatórias para os momentos da regulação, tanto no preenchimento dos Formulários Eletrônicos, quanto na apresentação de evidências nas visitas in loco das comissões de avaliação do INEP;
- Auxiliar a gestão da bibliografia dos cursos;
- Auxiliar a gestão do perfil do corpo docente dos cursos;

Para ilustrar, a Figura 3 apresenta imagem de parte de uma planilha de simulação da avaliação de curso. Esta planilha é composta pelos indicadores das 3 dimensões: organização didático pedagógica, corpo docente e infra-estrutura além dos requisitos legais estabelecidos pelo INEP nos instrumentos de avaliação. Estes indicadores são seguidos por critérios de avaliação, indicação de ações corretivas no período vigente, por atribuição de conceitos e justificativas. Esta simulação é utilizada pela gestão do curso como uma ferramenta adicional no planejamento das atividades relacionadas com o PPC, Projeto Pedagógico do Curso.

1	A	B	D	E	SIMULAÇÃO DE CONCEITO NOS INDICADORES			I	
					F	G	H		
2	Dimensão 2: Corpo docente		CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	Ações corretivas para 2010 (curtíssimo prazo)	Ações corretivas para 2010 (medio prazo)	ENG COMP.	ENG PROD.	ADM	JUSTIFICATIVA
3	2.1. Composição do NDE Núcleo Docente Estruturante	30% do corpo docente + coordenador	Adequação do número de docentes e CH total do NDE dos cursos de bacharelados	Otimizar o NDE para os tecnólogos, além de estudo de readequação do plano de carreira.	4	4	4		
4	2.2. Titulação e formação acadêmica do NDE	36% do NDE é Mestre e 24% Dr			3	3	3		
5	2.3. Regime de trabalho do NDE	75% do NDE é parcial e 25% Integral	sem indicação de ação		3	3	5		
6	2.4. Titulação e formação do coordenador do curso	graduação na área do curso, mestre e experiência de no mínimo 3 anos no magistério superior			3	3	3		
7	2.5. Regime de trabalho do coordenador do curso	1 hora para 30 vagas (considerando o somatório das vagas anuais do curso)	atribuição de mais 8 aulas para o coordenador (somatório vagas/numero de horas de dedicação do coordenador ao curso= 1000/32, isso significa 1 hora para 31,25)		3	3	3		
8	2.6. Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	qualitativo	Melhorar a participação dos discentes no órgão Mudança na necessidade de Dr (de conceito 4 com 30% mestres)	Melhorar a participação dos discentes no órgão	3	3	3	Falta de interesse pela participação	

Figura 3: Detalhe de uma de planilha de simulação da avaliação de curso nas três dimensões – Organização didática pedagógica, corpo docente e infra-estrutura além dos requisitos legais.

2.2 Avaliação do Curso

Questionário de avaliação de curso por docente e discente é o instrumento que o docente e o discente avaliam o curso e sua contribuição na formação do profissional. As perguntas são elaboradas dentro das especificidades dos PPCs e também contam com perguntas abrangentes como as do questionário disponibilizado para respostas de estudantes na época do ENADE. Seu objetivo precípua é acompanhar a implantação e/ou implementação das políticas institucionais no contexto do curso. Assim os resultados são utilizados não só pelo coordenador do curso, mas também pelos professores do NDE como uma ferramenta adicional para auxiliar na gestão do curso.

2.3 Avaliação Docente

Questionário de avaliação docente é formado por perguntas relacionadas com as dimensões organizacional, funcional e individual das atividades dos docentes. Na dimensão organizacional são elencadas perguntas relacionadas com práticas padrão estabelecidas pela IES como, por exemplo, a apresentação e a aplicação do Plano de Ensino da Disciplina, pois neste documento são apresentados os objetivos, metodologias, bibliografia e formas de avaliação da disciplina. Na dimensão funcional, as perguntas são relacionadas com as habilidades para o ensino como, por exemplo, na demonstração de organização e preparação dos conteúdos, no incentivo e estimulação do aluno na realização das tarefas e na condução dos trabalhos em sala de aula. Na dimensão individual, as perguntas são relacionadas com a interatividade com os alunos, na manutenção de ambiente propício ao ensino e aprendizagem na sala de aula. Essa avaliação tem os seguintes objetivos:

- a) Caracterização do desempenho docente nas disciplinas.
- b) Proposição por professor de recuperação de pontos de baixo desempenho e fortalecimento de comportamentos positivos.
- c) Constituir material de consulta auxiliar na atribuição de aulas.
- d) Constituir subsídio para elaboração de plano de ação para o grupo de professores com menor desempenho nas dimensões tomadas em consideração.

A metodologia aplicada na realização dessa parte da avaliação conta com um planejamento que contenha a declaração de objetivos e indicadores em cada item, de procedimentos e instrumentos a serem empregados, de cronograma e planilha de acompanhamento e controle da realização das ações, e também a previsão da forma de comunicação dos resultados com as respectivas análises e proposição de ações corretivas (ABRAMOF et al, 2009).

A avaliação da aprendizagem é realizada, por sua vez, em outros três momentos: na avaliação da pertinência do conteúdo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, DCN, na avaliação da eficácia do conteúdo ministrado e avaliação de conhecimento.

2.3 Avaliação do Conhecimento

O instrumento utilizado é a própria prova final da disciplina que é realizada em formato que permite a correção por leitura óptica das respostas dos alunos. As questões têm previamente identificação de qual seção do conteúdo se refere permitindo a análise dos resultados do desempenho do estudante por disciplina, por turma e por seção do conteúdo (MOTA et al, 2009). O desempenho dos estudantes individualmente ou por turma nas seções dos conteúdos dos componentes curriculares pode ser verificado por meio de relatórios gráficos como exemplares mostrado na Figura 4.



Figura 4: Imagens de exemplos de relatórios gráficos do desempenho dos estudantes nos conteúdos nas disciplinas selecionadas por aluno por turma e por professor.

2.4 Avaliação da Pertinência do Conteúdo com as DCN

Esse tipo de avaliação é realizado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, nas diretrizes do ENADE e nas orientações do mercado de trabalho. Essa avaliação de pertinência tem o objeto principal de acomodar as atualizações dos conteúdos levando em consideração as tendências e demandas do mercado de trabalho sem, no entanto, distanciar das diretrizes para o curso. Dessa análise é indicado ou não a atualização ou revisão do projeto pedagógico do curso.

2.5 Avaliação da Eficácia do Conteúdo Ministrado

Esta parte desafiadora do processo avaliativo consiste em promover a avaliação da eficácia do conteúdo ministrado por meio de um índice de desempenho acadêmico que leve tanto o desempenho do estudante quanto o desempenho do professor nas disciplinas envolvidas no período.

A Figura 5 apresenta detalhe do mapa do segundo bloco da auto-avaliação institucional referente à avaliação institucional, que é composta pela avaliação de infraestrutura e serviços e pela avaliação institucional nas 10 dimensões do SINAES. A integração da avaliação institucional com o IGC e CPCs é também realizada por meio de treinamentos em processos de regulação com base nas Portarias Normativas do Marco Regulatório e nos relatórios anuais referentes ao IGC e CPCs oferecidos a professores, funcionários e dirigentes com o objetivo de promover o conhecimento da comunidade sobre a questões relacionadas com a supervisão, regulação e avaliação da educação superior no Brasil.

A avaliação de infraestrutura e serviços é realizada por meio de pesquisa de satisfação dos docentes e discentes em relação à IES e também individualmente em relação às disciplinas. O instrumento de avaliação é um questionário com perguntas relacionadas à infraestrutura comum a todos os cursos, à biblioteca, ao acervo, aos serviços de secretaria e portal além da avaliação da atuação da CPA. Esse questionário é aplicado anualmente por meio do Portal da Instituição com acesso restrito aos respondentes por meio do *login*. A pesquisa de satisfação com a infraestrutura específica de cada disciplina é realizada por meio de questionário contendo os serviços e infraestrutura previstos no PPC para desenvolvimento do curso. Este questionário é respondido semestralmente por alunos e professores de forma que permita o saneamento de fragilidades observadas se um período letivo para o outro.

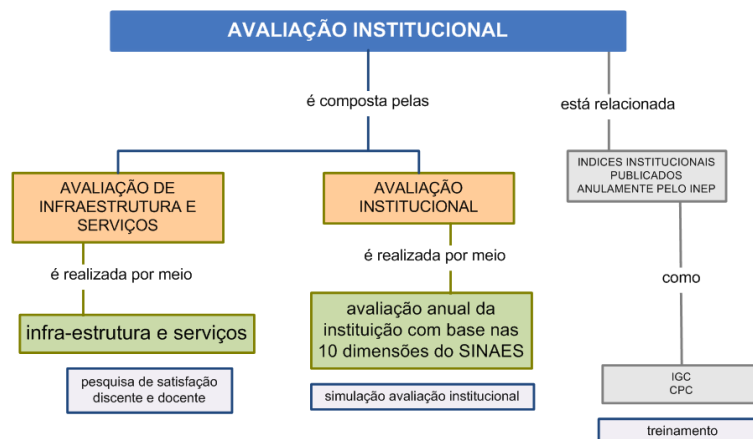


Figura 5: Detalhamento da avaliação institucional indicada na estrutura da auto-avaliação institucional.

A avaliação institucional é realizada em vários momentos e os instrumentos utilizados são planilhas que simulam processos avaliativos conforme os instrumentos de avaliação da regulação. Um instrumento é a simulação da avaliação da organização didático pedagógica do curso mostrada na Figura 3. Na realidade este instrumento é constituído por um conjunto de planilhas cada uma referente a um curso oferecido pela IES. Essa planilha serve a gestão do curso para a verificação de como está o desenvolvimento do curso dentro da perspectiva da regulação. Dessa planilha de gestão do curso outras planilhas foram geradas para controle, por exemplo, do perfil do corpo docente, do perfil e atividades do Núcleo Docente Estruturante e da bibliografia básica e complementar de cada curso.

A planilha de controle do perfil do corpo docente é uma planilha dinâmica que permite a avaliação do corpo docente que está lecionando e a previsão de ações corretivas para os próximos períodos letivos relacionadas com o atendimento dos indicadores de titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica e profissional e produção acadêmica de cada docente. Outra planilha dinâmica associada à planilha de avaliação do curso é a planilha de gestão das bibliografias básicas e complementares por disciplina por curso. Nesta planilha o controle do acervo do curso pode ser feito tanto com base no número de vagas autorizadas quanto pelo número de alunos matriculados no curso, de forma que os gestores do curso poderão tomar decisões a partir da análise dos resultados da simulação. Outro subproduto da planilha de avaliação do curso é a planilha de controle do perfil e das atividades do NDE. Nesta planilha tanto o perfil quanto as atividades dos professores do NDE podem ser acompanhadas pelos gestores do curso com a finalidade de, se necessário, a alteração de atividades e/ou composição desse grupo de professores. A Figura 6 mostra detalhe da planilha de gestão do NDE e de suas atividades de acordo com os indicadores da legislação e das especificidades da IES e de seus cursos.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M	N	O	P	T	X
1		Nome	TITULAÇÃO (DR, MSC, ESPECIALISTA)	Regime de Trabalho (INTEGRAL, PARCIAL)	AREA DE FORMAÇÃO	EXPERIENCIA (em anos)	CURSOS				Nº aulas semanais	MATRIZ DE ATIVIDADE					Total aula de atividade ^a
2						A	B	C	D	TCC		ESTÁGIO	PROJETOS	ENADE	CPA		
3	1	Professor 1															
4	2	Professor 2															
5	3	Professor 3															
6	4	Professor 4															
7	5	Professor 5															
8	6	Professor 6															
9	7	Professor 7															

Figura 6: Detalhe da planilha de gestão do perfil e atividades do Núcleo Docente Estruturante.

Outro instrumento importante é a planilha de simulação da avaliação institucional nas 10 dimensões do SINAES. Esta planilha de avaliação é aplicada anualmente a grupos segmentados da IES que atuam como avaliadores institucionais utilizando de metodologia parecida com a das avaliações in loco. Os resultados e considerações dos grupos são compilados em um único relatório que orientará a elaboração do relatório anual da auto-avaliação institucional juntamente com os resultados obtidos nos outros instrumentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de avaliação, que deu origem a formação da estrutura de avaliação proposta neste trabalho, foi realizado tendo sempre como pressuposto que a avaliação é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição com o objetivo de promover melhorias. Isso significa que uma avaliação desse tipo pode ser muito mais que a aplicação de técnicas em processos de mera auditoria ou de cumprimento de obrigações legais.

A estrutura da auto-avaliação institucional proposta contém processos avaliativos de autoconhecimento e controle da qualidade dos cursos da IES integrados com os indicadores da regulação. O princípio desse tipo de avaliação está em aplicar as diretrizes do SINAES de forma útil, eficiente e eficaz na implantação, implementação e acompanhamento de cursos superiores da IES atendendo às especificidades da gestão da Instituição e dos Projetos Pedagógicos de seus cursos à luz da regulação.

Para isso a estrutura proposta conta com várias metodologias e instrumentos de avaliação nos âmbitos da IES, dos seus cursos e do ensino praticado atendendo não apenas o controle da qualidade da educação segundo a regulação, mas também em relação às demandas e orientações do mercado de trabalho.

Finalmente, este trabalho apresenta a auto-avaliação institucional como uma ferramenta de gestão, cujas informações obtidas nos processos avaliativos são indicações fundamentais para a definição de ações institucionais, mesmo que em alguns casos as melhorias não sejam imediatas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOF, Patrícia Guimarães; DELPINO, Rosemar; MOTA, Ana Clara da; CARVALHO, José Antonio Dias de; GRECHI, Roberto. Auto-avaliação de curso: um instrumento do autoconhecimento institucional e da gestão acadêmica. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA 2009, COBENGE 2009, Recife, Pernambuco, 2009.
- BELLONI, Isaura. Avaliação do Ensino de Graduação. Brasília: UNB, 1980.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/10861.pdf>>.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa Nº 12 de 5 de setembro de 2008: Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/51>>.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS 'ANÍSIO TEIXEIRA'. Nota Técnica - Cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/enade/2008/Nota_Tecnica_CPC_17_12_2009.pdf>
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237081891305554116.pdf>>
- MOTA, Ana Clara; CARVALHO, José Antonio Dias; DELPINO, Rosemar; ABRAMOF, Patrícia Guimarães; GRECHI, Roberto. Modelo de avaliação de ensino aplicado em cursos de engenharia: um processo contínuo de qualidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA 2009, COBENGE 2009, Recife, Pernambuco, 2009.
- MURIEL, Roberta. Avaliação Institucional. Marco Regulatório: Portarias Normativas 40/2007 e 23/2010. Ed. Carta Consulta, Belo Horizonte, 2011.